



Pregão Presencial nº 121/2019

Processo Administrativo nº 253/2019

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços

Objeto: Aquisição de EPI's para suprir as necessidades de trabalho em 2019/2020 da Prefeitura de Pouso Alegre

Prezada Senhora Assessora,

Solicitou-nos a **Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas** a abertura de procedimento licitatório, na modalidade pregão presencial para registro de preços, para a **AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE**. A fase interna vem com as informações orçamentárias e financeiras que viabilizam o pretendido. Para dar início à fase externa do certame, submetemos a Vossa Senhoria o instrumento editalício e seus anexos para análise e parecer, nos termos do art. 38 do parágrafo único da Lei 8.666/93.

1

Cordialmente,

Pouso Alegre/MG, 17 de janeiro de 2020.

Daniela Luíza Zanatta
Pregoeira



PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DATA DE ABERTURA: 06/02/2020

HORÁRIO: 09:00 horas

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste pregão o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2

1.2. O presente certame será regido pelas disposições constantes da Lei 10.520/2002, do Decreto Municipal 2.545/2002, do Decreto Municipal 4.905/2018 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93.

1.3 O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. A(s) entrega(s) deverá(ão) ser realizada(s) no(s) local(is), prazos e horários descritos no Termo de Referência da Secretaria Requisiteira, constante do Anexo II do presente edital.



3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da respectiva dotação orçamentária:

Dotação	Ficha	Descrição	Recurso
0214 04.122.0001.2073 3339030280 1001001	1016	Manutenção Geral da Secretaria de Gestão de Pessoas – Material de Consumo.	TESOURO (Próprio)

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como as eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

Pouso Alegre/MG, 17 de janeiro de 2020.

3

**Daniela Luíza Zanatta
Pregoeira**



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

DATA DE ABERTURA: 06/02/2020

HORÁRIO: 09:00 horas

O **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, através de seu Pregoeiro(a) nomeado(a), nos termos da **Portaria nº 3.779/2019**, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do edital e dos respectivos anexos. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.545/02, com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, o Decreto Municipal 4.905/2018 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

4

1. INFORMAÇÕES

1.1 As informações administrativas relativas a este PREGÃO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pouso Alegre, telefone nº (35) 3449-4023 ou pelo e-mail: editaispmpa@gmail.com.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste pregão presencial o registro de preços para **AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TRABALHO EM 2019/2020 DA**



PREFEITURA DE POUSO ALEGRE, de acordo com Termo de Referência e demais disposições constantes do edital e seus anexos.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Pregão, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no *caput* do art. 12 do Decreto Municipal nº 2.545/02.

3.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização do certame.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar do certame até o trânsito em julgado da decisão.

3.4. As impugnações deverão ser feitas mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico editaispmpa@gmail.com, **com assinatura digital (via token ou certificado digital)**, ou protocolizada na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, dirigida ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.

3.5. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).



3.5.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da administração, desde que seja apresentado o original, ou ainda em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

3.6. O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

3.7. A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o prazo para resposta descrito no item 3.4, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

6

4.1. A(s) entrega(s) deverá(ão) ser realizada(s) no(s) local(is), prazos e horários descritos no Termo de Referência da Secretaria Requisitante constante do Anexo II do presente edital.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A entrega do objeto será feita nos termos estabelecidos no Termo de Referência da Secretaria Requisitante, constante do Anexo II do presente edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 As despesas correrão à conta da dotação orçamentária da respectiva dotação orçamentária:

Dotação	Ficha	Descrição	Recurso
0214 04.122.0001.2073 3339030280 1001001	1016	Manutenção Geral da Secretaria de Gestão de Pessoas – Material de Consumo.	TESOURO (Próprio)



7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, será realizado, em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes e o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

7.2. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

7.3. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

7.4. Aberta a sessão, o(a) representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Senhor(a) Pregoeiro(a), devidamente munido(a) de instrumento que o(a) legitime a participar do Pregão e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

7

7.5 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

7.5.1 Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

7.5.2 Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

7.5.3 Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;



7.6. A apresentação de cópia do contrato ou estatuto social pela licitante dispensa a mesma de anexá-los junto aos documentos de habilitação jurídica.

7.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

7.8. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

7.9. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, mas não poderá participar das rodadas de lances verbais.

8

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste certame as empresas:

8.1.1. Que tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

8.1.2. Que atendam a todas as exigências deste edital;

8.1.3. **Os itens desta licitação cujos valores médios estejam iguais ou abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinam-se exclusivamente para as empresas que se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, e, ainda, as sociedades corporativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II, do caput, do art. 3º da citada lei, nos termos do art. 34 da Lei 11.488/2007;



8.1.3.1. **Não se aplica o disposto acima**, nos termos do art. 49 da Lei Complementar 123/2006, e será a presente licitação estendida às empresas que não se enquadrem na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, **quando não comparecerem na sessão pública licitantes enquadrados nas condições descritas neste item.**

8.2. Será vedada a participação de empresas:

8.2.1. Que tenham sido declaradas inidôneas de licitar com a Administração Pública, de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e que não tenha a sua idoneidade restabelecida;

8.2.2. Suspensa ou impedida de licitar/contratar com o Município de Pouso Alegre/MG;

8.2.3. Cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação

9

8.2.4. Que estejam em processo de falência;

8.2.5. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Pouso Alegre, bem como seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

8.3. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, devendo a mesma apresentar: a) certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 ou b) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

9. QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



9.1. Apresentar certidão simplificada, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente **às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios** concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.1.2. O pregoeiro juntamente com a sua equipe de apoio poderá conferir, quando da habilitação, a condição de microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a se assegurar do enquadramento nos limites estabelecidos pelos incisos I ou II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e a não incidência nas situações previstas nos incisos do § 4º desse mesmo artigo.

10. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

10

10.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este PREGÃO:

10.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

10.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

10.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

10.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital, e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

10.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);



10.1.6. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novo lance de preços menores aos já ofertados;

10.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

10.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

10.1.10. Abertura do envelope “Documentação” apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

11

10.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope “Documentação” da segunda classificada.

11. DA AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. Da aceitabilidade da proposta:

11.1.1. O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.1.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.



11.1.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.1.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

11.1.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão. Nesse caso, se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço, por meio de planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração, e contratações em andamento com preços semelhantes, conforme estabelece o inciso XVII do art. 12 do Decreto Estadual nº 44.786/2008, além de outros documentos julgados pertinentes. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada.

12

11.1.6. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

11.1.7. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço por item.

11.1.8. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

11.1.9. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

12. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO



12.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento.

Envelope n.º 01 “PROPOSTA COMERCIAL”

**Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre
Pregão n.º 121/2019**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE EPI’S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE
TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE**

Licitante:

Envelope n.º 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

**Ao Pregoeiro da Prefeitura do Município de Pouso Alegre
Pregão n.º 121/2019**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE EPI’S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE
TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE**

Licitante:

13

12.2. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a).

12.3. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

12.4. A **proposta comercial** será, preferencialmente, preenchida através do sistema de digitação de propostas online, conforme instruções do Anexo VI – “Instruções para Emissão de Propostas Eletrônicas”, através do site <http://pousoalegre.atende.net>, visando maior agilidade no processamento da licitação, devendo ser impressa, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

12.4.1. Na hipótese da proposta comercial não ser preenchida conforme as instruções do tópico 12.4., ela deverá ser apresentada de forma digitada, utilizando-se de duas casas decimais (0,00), sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.



12.4.2. Em ambas as situações previstas acima, a proposta comercial deverá ser entregue em envelope lacrado, denominado “Envelope Proposta”, endereçado ao Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, no qual deverá ter que constar o número do pregão, o objeto, e o nome da licitante, conforme instruções do item 12.1.

12.4.3. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, tais como, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

12.4.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título à Contratante.

12.4.5. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a (60) sessenta dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

12.4.6. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

12.4.7. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por item**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

12.4.5.1. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

12.4.5.1.1. Que não apresentem suas propostas no **menor preço por item**;

12.4.5.1.2. Que não atenderem às exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;



12.4.5.1.3. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.4.5.1.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;

12.4.5.1.5. Consideradas manifestamente inexequíveis.

a) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas que não venham a demonstrar sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

12.4.5.1.6. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

15

12.5. Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

12.5.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;



- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.
- f) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo III**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

16

12.5.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

12.5.2.1. Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta Licitação. Podendo ser exigido da empresa Contratada, em sede de diligência, que apresente cópia do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao trabalho.

12.5.2.2. Apresentação do Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, conforme o que determina a legislação vigente, no momento da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços.

12.5.3. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

12.5.3.1. **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.



12.5.3.2. Empresas em **recuperação judicial** deverão apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Apresentar certidão emitida pela instancia judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/2002; ou
- b) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

12.5.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município** da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.
- f) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Fornecimento – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

17



g) **Prova da regularidade dos Débitos Trabalhistas**, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

h) **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

I) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 05 (**cinco**) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

II) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

12.5.6. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo de validade** serão aceitas com **até 60 (sessenta)** dias da data de sua expedição.

13. DA GARANTIA

13.1. Garantia do objeto conforme Termo de Referência e/ou legislação vigente.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS



14.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

14.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

14.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo pregoeiro.

14.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

19

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Os procedimentos deste Pregão serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) nomeado(a), e equipe de apoio, conforme determinado na Portaria 3.779/2019, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste edital.

15.2. Instalada a sessão pública do Pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste edital.

15.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Senhor Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.



15.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida o credenciamento de novas empresas proponentes.

15.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

15.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

15.7. O (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

20

15.8. Em não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

15.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

15.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

15.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:



15.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

15.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

15.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de preclusão;

15.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

21

15.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

15.17 O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

15.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.



15.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

15.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

15.21. O (a) Pregoeiro (a) poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

15.22. Se houver a negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

15.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas.

22

15.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

15.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

15.25.1 Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de três dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.



15.26. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

15.27. A ausência de manifestação **imediate** e **motivada** da licitante implicará a **decadência** do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

15.28. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

15.29. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

15.30. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas, mas não declaradas vencedoras, permanecerão sob custódia do(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) até a efetiva formalização da contratação.

23

16. DOS RECURSOS

16.1. O licitante interessado em recorrer deverá manifestar, imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sob pena de decadência, o que autoriza a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

16.2. Os licitantes que tiverem manifestado, na forma do item 16.1. a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, deverão apresentar suas razões no prazo único de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte ao término do prazo para manifestação.

16.3. O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o(a) Pregoeiro(a) puder decidir de plano.



16.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

16.5. No prazo das razões e contrarrazões, fica assegurada vista dos autos a todos os interessados, na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais.

16.6. As razões e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

16.6.1. Ser dirigidas a Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 16.2;

16.6.2. Ser encaminhadas para o endereço eletrônico editaismpa@gmail.com, **com assinatura digital (via token ou certificado digital)**, ou ser protocolizadas na sala da Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

24

16.7. O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

16.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.9. O recurso será apreciado pelo(a) Pregoeiro(a), que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.



16.10. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no sítio da internet deste Município.

16.11. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

16.12. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do Anexo IV.

18.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, contado de sua assinatura.

18.4. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da formal convocação da adjudicatária.



18.5. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

18.6. O prazo para a assinatura da Ata, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

18.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

26

19. DOS PREÇOS E REAJUSTE

19.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

19.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

19.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

19.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.



19.5. A revisão de preços do contrato se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

19.6. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

19.7. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

27

19.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

19.9. Na hipótese da empresa contrata da solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

19.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

19.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.



19.12. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

19.13. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os produtos fornecidos a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.

19.14. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

19.15. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

28

19.16. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do produto por ventura fornecido entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela contratada.

19.17. O diferencial de preço entre a proposta inicial da contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

19.18. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pela Secretaria solicitante, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado,



a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

19.19. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela contratada.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O recebimento do(s) objeto(s) será feito pelo Município de Pouso Alegre/MG, nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei de Licitações, da seguinte forma:

20.1.1 **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

20.1.2 **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

29

20.2. O Município de Pouso Alegre/MG reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste edital, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

20.3. Com o recebimento definitivo as responsabilidades reduzir-se-ão àquelas previstas no Código Civil brasileiro.

20.4 Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, o servidor a seguir indicado:



a) Francisco Paulo da Silva, Gerente do SESMT, matrícula, matrícula 19830.

20.5. A fiscalização exercida pelo Município não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto licitado.

20.6. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Município reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Gestores e substitutos designados.

20.7. Ao Gestor compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução das entregas dos produtos e ou /respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

30

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Caberá a Contratante a conferência e recebimento dos objetos.

21.2. Caberá a Contratante rejeitar os objetos, caso os mesmos apresentem deficiências e/ou irregularidades.

21.3. Comunicar a Contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos objetos.

21.4. Prestar a Contratada toda e qualquer informação solicitada, necessária à perfeita execução dos objetos.

21.5 Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as indicações de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e Edital.



21.6. Promover por meio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do fornecimento do objeto.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. A contratada somente entregará os objetos mediante recebimento da ordem de fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

22.2. As despesas relacionadas à entrega dos objetos, tais como: despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração dentro outros será por conta da contratada.

22.3. Caberá a Contratada responsabiliza-se pelo fornecimento dos objetos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

31

22.4. A Contratada promoverá o fornecimento, responsabilizando-se pelos objetos, que poderão ser rejeitados pela Contratante, caso os mesmos estejam em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.

22.5. A contratada deverá substituir no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os objetos entregues em desacordo e não aceito pela contratante, sem nenhum ônus ao Município de Pouso Alegre – MG, se constatadas irregularidades, defeitos de fabricação, danos em geral ou má qualidade dos mesmos.

22.6. Comunicar a Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para entrega dos objetos, com a devida comprovação.



22.7. Permitir a contratante fiscalizar o fornecimento dos objetos.

22.8. A presença da fiscalização da Contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da Contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

22.9. A contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do objeto da contratação, sem prévia e expressa concordância do contratante.

23. DO PAGAMENTO

23.1. A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.

32

23.2. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

23.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

23.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 na Lei Federal n.º 10.520/02 e demais normas pertinentes.

24.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

24.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

33

24.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;



III – Multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

34

24.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

24.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



24.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

25. DA RESCISÃO

25.1. A rescisão contratual poderá ser:

25.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

25.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

25.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

25.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

25.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

25.5. A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



26.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

26.2. O presente certame licitatório poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

26.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação.

26.4. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

36

26.5. Fica designado como local para assinatura da Ata de Registro de Preços a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.

26.6. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Senhor(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.7. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) com a assistência de sua equipe de apoio.

26.8. As normas desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não



comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

27. DOS ANEXOS

27.1 Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI – INSTRUÇÕES PARA EMISSÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

37

Pouso Alegre, 17 de janeiro de 2020.

Daniela Luíza Zanatta
Pregoeira



ANEXO I

**MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE
REPRESENTANTES**

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO 121/2019**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

38

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.


(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

OBS.: APRESENTAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL (AUTENTICADA OU COM ORIGINAL PARA AUTENTICAÇÃO) JUNTAMENTE COM ESTE CREDENCIAMENTO.

ANEXO II**TERMO DE REFERÊNCIA**


1. OBJETO: Aquisição de EPI's para suprir as necessidades de trabalho em 2019/2020 da Prefeitura de Pouso Alegre



1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA
1	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA P - CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ, MANGAS COMPRIDAS, CONFECCIONADA EM PVC, SUPER LEVE E CONFORTÁVEL, TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, COMPRIMENTO LONGO, PROTEGENDO ASSIM O TRONCO E AS PERNAS. POSSUINDO BOTÕES DE PRESSÃO DE BOA QUALIDADE, COM FORRO TORNANDO O PRODUTO MAIS RESISTENTE, COM MANGAS TIPO RAGLÃ, PERMITINDO AMPLA MOBILIDADE DOS MEMBROS SUPERIORES, COR AMARELA.	60	UND	


2	<p>CAPA DE CHUVA PVC AMARELA M - CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ, MANGAS COMPRIDAS, CONFECCIONADA EM PVC, SUPER LEVE E CONFORTÁVEL, TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, COMPRIMENTO LONGO, PROTEGENDO ASSIM O TRONCO E AS PERNAS. POSSUINDO BOTÕES DE PRESSÃO DE BOA QUALIDADE, COM FORRO TORNANDO O PRODUTO MAIS RESISTENTE, COM MANGAS TIPO RAGLÃ, PERMITINDO AMPLA MOBILIDADE DOS MEMBROS SUPERIORES, COR AMARELA.</p>	60	
---	---	----	--



40



3	<p>CAPA DE CHUVA PVC AMARELA G - CAPA DE CHUVA, COM CAPUZ, MANGAS COMPRIDAS, CONFECCIONADA EM PVC, SUPER LEVE E CONFORTÁVEL, TOTALMENTE IMPERMEÁVEL, COMPRIMENTO LONGO, PROTEGENDO ASSIM O TRONCO E AS PERNAS. POSSUINDO BOTÕES DE PRESSÃO DE BOA QUALIDADE, COM FORRO TORNANDO O PRODUTO MAIS RESISTENTE, COM MANGAS TIPO RAGLÃ, PERMITINDO AMPLA MOBILIDADE DOS MEMBROS SUPERIORES, COR AMARELA.</p>	72	
<p>OBS: AS CAPAS DE CHUVA FORAM ESPECIFICADAS NA COR AMARELA SOMENTE COMO EXEMPLO, A COR DA CAPA DEVERÁ SER DIFINIDA PELO REQUISITANTE, NUMA PESQUISA PRÉVIA ENCONTRAMOS O ITEM NOS 3 TAMANHOS ACIMA RELACIONADOS.</p>			


4	<p>AVENTAL PADRÃO VERDE - AVENTAL PADRÃO, EM BORRACHA PB, SEM MANGAS, MEDIDAS APROXIMADAS 110 X 60 CM, COM PROTEÇÃO NA FRENTE DE APROXIMADAMENTE 0,50 mmpb E COM PROTEÇÃO NAS COSTAS DE NO MÍNIMO 0,25 mmpb, ACABAMENTO EM NYLON IMPERMEÁVEL, ACOMPANHADO DE FAIXA ABDOMINAL PARA DIVIDIR O PESO ENTRE OS OMBROS E A CINTURA, COR VERDE, PRODUTO ATENDENDO À NORMA NBR IEC 61331-3:2004.</p>	12	UNID.	
5	<p>BONÉ ÁRABE HELANCA AZUL CLARO - BONÉ DE PROTEÇÃO, TIPO ÁRABE, COM ABA, CONFECCIONADO EM HELANCA, EXTREMAMENTE CONFORTÁVEL, QUE PROTEGE A CABEÇA E PESCOÇO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E RAIOS SOLARES; COM FECHAMENTO EM VELCRO PARA AJUSTE DO USUÁRIO, -Cor azul claro.</p>	240	UNID.	

OBS: A COR DO BONÉ FOI ESCOLHIDA ALEATORIAMENTE, SOMETE PARA EXEMPLO DE ESPECIFICAÇÃO, A COR DEVERÁ SER DEFINIDA PELO REQUISITANTE.				
6	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 37 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.</p>	500	PAR	
7	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 38 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO</p>	500	PAR	


	ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.			
8	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 39 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.	150	PAR	


9	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 40 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.</p>	150	PAR	
10	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 41 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO,</p>	150	PAR	



	COR BRANCA.			
11	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 42 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.</p>	150	PAR	
12	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO CURTO BRANCA Nº 43 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRILICOS). COM CANO CURTO, IMPERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER, COM</p>	50	PAR	

	SUPERFÍCIE DO CANO ESPELHADA. PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR BRANCA.			
	OBS: A DIVISÃO DA NUMERAÇÃO DO ITEM FOI REALIZADA DE FORMA PROPORCIONAL AO QUANTITATIVO TOTAL, CABE AO REQUISITANTE DEFINIR O QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO.			
13	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO LONGO PRETA Nº 44 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTA, CONFECCIONADO EM PVC INJETADO (COM ADIÇÃO DE PLASTIFICANTES E NITRÍLICOS), COM CANO LONGO, IMPOERMEÁVEL, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE, COM SUPERFÍCIE DO CABEDAL FOSCA, PRODUTO LEVE TRAZENDO MAIS CONFORTO AO USUÁRIO, COR PRETA.	50	PAR	


47

14	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº38 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.</p>	400	PAR	
----	---	-----	-----	--

15	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº39 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.</p>	400	PAR	
----	---	-----	-----	--


16	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº40 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.</p>	500	PAR	
17	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº41 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO</p>	700	PAR	

	NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.			
18	CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº42 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.	1000	PAR	

19	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº43 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.</p>	1000	PAR	
<p>OBS: A DIVISÃO DA NUMERAÇÃO DO ITEM FOI REALIZADA DE FORMA PROPORCIONAL AO QUANTITATIVO TOTAL, CABE AO REQUISITANTE DEFINIR O QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO.</p>				

20	<p>JALECO UNISSEX BRANCO MANGA LONGA TAMANHO M - JALECO CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD EVITANDO SUPER AQUECIMENTO, NA COR BRANCA, COM 3 BOLSOS FRONTAIS, MANGAS LONGAS, SENDO MAIS LARGA NA PARTE DO PUNHO PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO, GOLA EM FORMATO BLAZER, FECHAMENTO COM BOTÕES, CONTENDO CINTO NAS COSTAS, COR BRANCA.</p>	700		
21	<p>JALECO UNISSEX BRANCO MANGA LONGA TAMANHO G - JALECO CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD EVITANDO SUPER AQUECIMENTO, NA COR BRANCA, COM 3 BOLSOS FRONTAIS, MANGAS LONGAS, SENDO MAIS LARGA NA PARTE DO PUNHO PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO, GOLA EM FORMATO BLAZER, FECHAMENTO COM BOTÕES, CONTENDO CINTO NAS COSTAS, COR</p>	371		

	BRANCA.			
	OBS: A DIVISÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FOI REALIZADA DE FORMA PROPORCIONAL AO QUANTITATIVO TOTAL, CABE AO REQUISITANTE DEFINIR O QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO.			
22	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE A - CAPACETE COM ABA TOTAL, COM JUGULAR, INDICADO PARA USO GERAL, CASCO RÍGIDO, LEVE, BALANCEADO PARA UM DIA INTEIRO DE USO CONFORTÁVEL, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA, SEM POROSIDADE, COM FENDAS LATERAIS (TIPO SLOT) PARA QUE SEJAM ACOPLADOS PROTETORES FACIAIS E AUDITIVOS.	950		
	OBS: O CAPACETE CLASSE A NÃO É IDEAL PARA TRABALHOS QUE ENVOLVAM ENERGIA ELETRICA DE ACORDO COM A NBR 8221/2003 , OS TIPOS SÃO DEFINIDOS EM TIPO I, TIPO II E TIPO III, ABA TOTAL, ABA FRONTAL E SEM ABA RESPECTIVAMENTE, E AS CORES DEVEM SER DIFINIDAS PELO REQUISITANTE.			




23	<p>CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B - CAPACETE COM ABA, COM JUGULAR, INDICADO PARA USO GERAL, CASCO RÍGIDO, LEVE, BALANCEADO PARA UM DIA INTEIRO DE USO CONFORTÁVEL, INJETADO NUMA ÚNICA PEÇA, SEM POROSIDADE, NÃO SENDO CONDUTOR DE CORRENTE ELÉTRICA, E COM ALTA RESISTENCIA DIELÉTRICA, COM FENDAS LATERAIS (TIPO SLOT) PARA QUE SEJAM ACOPLADOS PROTETORES FACIAIS E AUDITIVOS, COR BRANCA.</p> <p>ABA TOTAL.</p>	50	
	<p>OBS: O CAPACETE CLASSE B POSSUI ISOLAMENTO ELÉTRICO CONFORME NBR-6 CLASSIFICA OS CAPACETES EM 3 SUBDIVISÕES (PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS E OBJETOS / CHOQUES ELÉTRICOS / RISCOS PROVENIENTES DE CALOR)</p>		
	<p>OBS: NÃO CONSEGUIMOS INFORMAÇÕES SUFICIENTES E PRECISAS PARA DIZER QUE EXISTA O CAPACETE AB, CONFORME PESQUISA ENCONTRAMOS APENAS UM FORNECEDOR COM ESSA ESPECIFICAÇÃO, TEMOS QUE TER CUIDADO PARA NÃO PROTEGER A MARCA (PRECISAMOS DE LIVRE CONCORRENCIA). ACRESCENTAR NA ESPECIFICAÇÃO A EXIGENCIA DE CERTIFICADO (CA) COMPROVANDO SE ATENDE A NBR 8221/2003 COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM TESTES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO.</p>		



24	<p>CINTURÃO TIPO PARAQUEDISTA EM POLIESTER 4 CONXÕES -</p> <p>CINTURÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA RISCO DE QUEDA EM TRABALHOS EM ALTURA, COM QUATRO PONTOS DE ANCORAGEM, CONFECCIONADO EM FITA DE MATERIAL SINTÉTICO (POLIESTER), ACOLCHOADO NA CINTURA E NAS PERNAS, POSSUINDO ARGOLAS EM "D", POSSUINDO PONTO FORNTAL NA ALTURA DO PEITO PARA ANCORAGEM DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA E UM PONTO ABDOMINAL PARA POSICIONAMENTO, (PONTO DE CONEXÃO DORSAL - PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS, PONTO DE CONEXÃO PEITORAL - PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS, PONTO DE CONEXÃO LATERAL - POSICIONAMENTO EM ALTURA, PONTO DE CONEXÃO NOS OMBROS - MOVIMENTAÇÃO E M ESPAÇO CONFINADO)</p> <p>CONTENDO NO MÍNIMO 01 AJUSTE NA CINTURA, 02 AJUSTES NAS PERNAS, 02</p>	20	UNID.	
----	--	----	-------	---



	AJUSTES NOS SUSPENSÓRIOS.			
25	COLETE SALVA VIDAS - COLETE SALVA VIDAS CONFECCIONADO EM MATERIAL NYLON GOMADO E REFORÇADO, NAS CORES VERMELHO E PRETO, MEDIDAS APROXIMADAS 70 x 240 CM, COM NO MINIMO 3 FITAS DE REGULAGEM E AJUSTE DE POLIPROPILENO, PRODUZIDO COM ENCHIMENTO EM ESPUMA DE POLIETILENO DE CELULAS FECHADAS, CONTENDO ENGATES DE ALTA QUALIDADE COM TRAVA DE SEGURANÇA E CORTE ANATOMICO, CORES VERMELHA E PRETA.	36	UNID.	


57

26	<p>LUVA ALTA TENSÃO, CLASSE I, 10 KV TAMANHO P - LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, CLASSE I, PARA ALTA TENSÃO, PARA SER UTILIZADA EM SITUAÇÕES DE RISCO DE CHOQUE ELETRICO NA CLASSE 10KV, COR PRETA, TAMANHO P, COR PRETA.</p>	10	PAR	
27	<p>LUVA ALTA TENSÃO, CLASSE I, 10 KV TAMANHO M - LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, CLASSE I, PARA ALTA TENSÃO, PARA SER UTILIZADA EM SITUAÇÕES DE RISCO DE CHOQUE ELETRICO NA CLASSE 10KV, COR PRETA, TAMANHO M, COR PRETA.</p>	20	PAR	
28	<p>LUVA ALTA TENSÃO, CLASSE I, 10 KV TAMANHO G - LUVA ISOLANTE DE BORRACHA, CLASSE I, PARA ALTA TENSÃO, PARA SER UTILIZADA EM SITUAÇÕES DE RISCO DE CHOQUE ELETRICO NA CLASSE 10KV, COR PRETA, TAMANHO G, COR PRETA.</p>	15	PAR	
<p>OBS: FAVOR VERIFICAR SE A COR DA LUVA É ESPECIFICADA POR ALGUMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÃO E USO ADQUADO DO ITEM. NBR 10622 É ORIENTATIVA, E NESTA ESPECIFICAÇÃO DE CLASSE, ATENDEMOS NOSSA DEMANDA.</p>				

29	LUVA NITRILICA SEM FORRO TAMANHO P - LUIVA DE SEGURANÇ CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, EXTRA REFORÇADA, ESPESSURA APROXIMADA DE 0,18MM,SEM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, SEM TALCO, TAMANHO P, COR VERDE.	700	PAR	
30	LUVA NITRILICA SEM FORRO TAMANHO M - LUIVA DE SEGURANÇ CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, EXTRA REFORÇADA, ESPESSURA APROXIMADA DE 0,18MM,SEM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COM PALMA ANTIDERRAPANTE, SEM TALCO, TAMANHO M, COR VERDE.	700	PAR	
31	LUVA NITRILICA SEM FORRO TAMANHO G - LUIVA DE SEGURANÇ CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA, EXTRA REFORÇADA, ESPESSURA APROXIMADA DE 0,18MM,SEM REVESTIMENTO INTERNO EM FLOCOS DE ALGODÃO, COM PALMA	733	PAR	

	ANTIDERRAPANTE, SEM TALCO, TAMANHO G, COR VERDE.			
32	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO P - LUVA FABRICADA EM LATEX, AMBIDESTRA, SUPERFICIE LISA, COM PÓ BIOABSORVIVEL, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES / 50 PARES.	1000	CAIXA	
33	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO G - LUVA FABRICADA EM LATEX, AMBIDESTRA, SUPERFICIE LISA, COM PÓ BIOABSORVIVEL, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES / 50 PARES.	226	CAIXA	

34	<p>LUVA EM RASPA PUNHO 7 CM - LUVA CONFECCIONADA EM RASPA , CONTENDO TIRA DE REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, COSTURA DE REFORÇO NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS, PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES.</p>	60	PAR	
35	<p>LUVA EM RASPA PUNHO 20 CM - LUVA CONFECCIONADA EM RASPA , CONTENDO TIRA DE REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR, COSTURA DE REFORÇO NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS, PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE, CORTANTES E PERFURANTES.</p>	60	PAR	

36	<p>RESPIRADOR DESCARTAVEL TIPO CONCHA - RESPIRADOR COM MEIO FILTRANTE COMPOSTO POR CAMADAS DE MICROFIBRAS SINTETICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE, CONTENDO NOMINIMO 4 GRAMPOS METALICOS, DOIS DE CADA LADO, POR ONDE PASSAM AS PONTAS DE DOIS TIRANTES ELASTICOS BRANCOS, COM TIRA DE ESPUMA NA PARTE SUPERIOR INTERNA E NA PARTE SUPERIOR EXTERNA COM TIRA EM MATERIAL METALICO MOLDAVEL, PFF2 PROTEÇÃO CONTRA PARTICULOAS FINAS, FUMOS E NEVOAS TOXICAS (PENETRAÇÃO MAXIMA ATRAVES DO FILTRO DE APROXIMADAMENTE 6 %)</p>	800	UNID.	
----	---	-----	-------	---


37	OCULOS DE PROTEÇÃO CINZA FUMÊ - OCULOS COM DIGN ESPORTIVO, LENTES DE POLICARBONATO, PONTE DO NARIZ UNIVERSAL COM INSERÇÃO INJETADO SUAVE, CONFORTAVEL E SEM DESLIZAMENTO, TRATAMENTO ANTI RISCO E ANTIEMBAÇANTE, COM ABSORÇÃO MINIMA DE 99,9% DE RADIAÇÃO UV, LENTES NA COR CINZA FUMÊ, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO USUARIO CONTRA IMACTOS DE PARTICULAS VOLANTE FRONTAIS.	3512	UNID.	
38	OCULOS DE PROTEÇÃO PARA SOBREPOSIÇÃO - OCULOS DE SEGURANÇA CONSTITUIDO DE ARMAÇÃO E VISOR EM UMA ÚNICA PEÇA, TRANSPARENTE, CONFECCIONADO EM POLICARBONATO, DOTADO DE PROTEÇÃO LATERAL COM VENTILAÇÃO, HASTES TIPO ESPATULA, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB. OCULOS DE SOBREPOSIÇÃO AO OCULOS DE GRAU.	500	UNID.	


39	<p>PERNEIRA DE SEURANÇA - PERNEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM RASPA, FECHAMENTO ATRAVES DE FIVELAS E ABA DE PROTEÇÃO DOS PÉS COM TIRA E FIVELA PARA AJUSTE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 36 CM, FECHAMENTO LATERAL ATRAVES DE FIVELAS, CONTENDO ABA DE PROTEÇÃO DOS PÉS COM TIRA E FIVELA PARA AJUSTE.</p>	150	PAR	
40	<p>PROTETOR AURICULAR - PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG PARA PROTEÇÃO CONTRA RUIDOS QUANDO COLOCADO NO CANAL AUDITIVO, CONFECCIONADO EM OPLIMERO ULTRA SOFT HIPOALERGENICO COM OS MESMOS BENEFICIOS DO SILICONE, PROPORCIONA VEDAÇÃO CONFORTAVEL E EFETIVA, RESISTENCIA A SUJIDADES DIVERSAS, PRODUTO LAVAVEL, POSSUINDO NO MINIMO 3 FALANGES PARA PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANAL AUDITIVO,, BASE DO PLUG COM TRATAMENTO ANTI-</p>	855	UNID.	


	DERRAPANTE, FORNECIDO COM CORDAO TEXTIL D EPOLIESTER, RECOMENTDADO PARA NIVEIS MEDIOS DE RUIDO.			
41	<p>KIT MASCARA RESPIRATÓRIA COM FILTRO TAMANHO P - MASCARA RSPIRATORIA MOLDADA EM SILICONE ULTRA MACIO, TIRANTE FIXO, CONTENDO 2 VALVULAS DE INALAÇÃO EM SILICONE E UMA VALVULA DE EXALAÇÃO TIPO COOL FLOW EM SILICONE, DRENO DE SUOR QUE PERMITE O ESCOAMENTO DO SUOR PÁRA A PARTE INTERNA DO RESPIRADOR, COM CAPA FRONTAL E SUPORTE INTERNO PARAFILTROS, CARTUCHOS E VALVULAS EM PLASTICO RESISTENTE A TEMPERATURA, PRODUTO ACOMPANHA OS FILTROS NECESSARIOS PARA PERFEITO USO (KIT CONTENDO 1 MASCARA COM FILTROS + 30 PARES DE FILTROS)</p>	20	KIT	

42	<p>KIT MASCARA RESPIRÁTÓRIA COM FILTRO TAMANHO M - MASCARA RSPIRATORIA MOLDADA EM SILICONE ULTRA MACIO, TIRANTE FIXO, CONTENDO 2 VALVULAS DE INALAÇÃO EM SILICONE E UMA VALVULA DE EXALAÇÃO TIPO COOL FLOW EM SILICONE, DRENO DE SUOR QUE PERMITE O ESCOAMENTO DO SUOR PÁRA A PARTE INTERNA DO RESPIRADOR, COM CAPA FRONTAL E SUPORTE INTERNO PARAFILTROS, CARTUCHOS E VALVULAS EM PLASTICO RESISTENTE A TEMPERATURA, PRODUTO ACOMPANHA OS FILTROS NECESSARIOS PARA PERFEITO USO (KIT CONTENDO 1 MASCARA COM FILTROS + 30 PARES DE FILTROS)</p>	20	KIT	
----	--	----	-----	--

43	<p>KIT MASCARA RESPIRATÓRIA COM FILTRO TAMANHO G - MASCARA RSPIRATORIA MOLDADA EM SILICONE ULTRA MACIO, TIRANTE FIXO, CONTENDO 2 VALVULAS DE INALAÇÃO EM SILICONE E UMA VALVULA DE EXALAÇÃO TIPO COOL FLOW EM SILICONE, DRENO DE SUOR QUE PERMITE O ESCOAMENTO DO SUOR PÁRA A PARTE INTERNA DO RESPIRADOR, COM CAPA FRONTAL E SUPORTE INTERNO PARAFILTROS, CARTUCHOS E VALVULAS EM PLASTICO RESISTENTE A TEMPERATURA, PRODUTO ACOMPANHA OS FILTROS NECESSARIOS PARA PERFEITO USO (KIT CONTENDO 1 MASCARA COM FILTROS + 30 PARES DE FILTROS)</p>	20	KIT	
44	<p>SUPORTE FACIAL COM CATRACA – Constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca. Malha de aço 8”x12”, Fabricado em tela de aço com cerca de 310 mm de largura e 195mm de altura. A malha é fixada à coroa por meio de</p>	50	UNID	



	<p>pinos plásticos. COR: AMARELO, TAMANHO: ÚNICO.</p>			
45	<p>CONJUNTO DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS – Vestimenta modelo COSTAL, confeccionada em tecidos 100% algodão, tratados com 50gr/l de solução hidrorrepelente, vestimenta denominada corpo inteiro, composta por:</p> <ul style="list-style-type: none">• Jaleco: Gola careca, com zíper no patê, com ou sem velcro nos ombros para afixar o avental, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes e, alça de cadarço nos punhos para ajustes nos polegares.• Calça: Tipo pantalone, sem abertura, com elástica no cós para ajustes, com perneiras impermeáveis de PVC frontais ou, frontais e traseiras, com ou sem tecidos por baixo.• Avental de segurança: Confeccionado com Bagum (filme de PVC e substrato de malha de poliéster), com alças para pendurar no pescoço ou, com velcro nas extremidades das tiras para afixar nos ombros.• Proteção de cabeça: Boné tipo touca árabe, com palas	20	UNID	

	<p>laterais fechadas, com elásticos na nuca para ajustes, com abas rígidas de polietileno, com 6 hastes projetadas para encaixe da viseira de proteção facial;</p> <ul style="list-style-type: none">• Viseira de proteção facial com encaixe: Lâmina de acetato transparente com espessura de 177 micras, com 6 orifícios na extremidade superior para encaixe nas hastes da aba do boné tipo touca árabe. COR: BEGE, TAMANHO: GG.			
46	<p>JARDINEIRA IMPERMEÁVEL COM BOTAS ACOPLADAS -</p> <p>Jardineira de segurança confeccionada em tecido de poliéster resinado com policloreto de vinila, proteção abaixo da axila, reforço sanfonado no cavalo da calça, bota integrada e suspensório com cordonel na barra superior</p>	50	Pares	

	para ajuste corporal, costura eletrônica, impermeável, resistente à perfuração, melhor flexibilidade na abertura da perna em até 180°, evitando rasgos no cavalo da calça , botas de PVC forradas acopladas. COR: CINZA, TAMANHO: G			
47	JARDINEIRA IMPERMEÁVEL COM BOTAS ACOPLADAS - Jardineira de segurança confeccionada em tecido de poliéster resinado com policloreto de vinila, proteção abaixo da axila, reforço sanfonado no cavalo da calça, bota integrada e suspensório com cordonel na barra superior para ajuste corporal, costura eletrônica, impermeável, resistente à perfuração, melhor flexibilidade na abertura da perna em até 180°, evitando rasgos no cavalo da calça , botas de PVC forradas acopladas. COR: CINZA, TAMANHO: GG	50		
48	AVENTAL DE SEGURANÇA, NA COR BRANCO , CONFECCIONADO EM TELA SINTÉTICA (TECIDO PVC TREVIRA), REVESTIDO DE PVC EM AMBAS AS FACES, COM TRÊS TIRAS DO MESMO MATERIAL,	100	UNID	


	<p>SOLDADAS ELETRONICAMENTE E UTILIZADAS PARA AJUSTE, TAMANHO 1,20 M X 0,65M (COMPRIMENTO X LARGURA).</p>			
49	<p>LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS, NA COR BRANCO, TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES, FABRICADA EM LÁTEX 100% NATURAL, CONTÉM PÓ BIOABSORVÍVEL, HIPOALERGÊNICAS, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉREIS, SUPERFÍCIE LISA, PUNHO COM ACABAMENTO ENROLADO.</p>	240	CAIX A	
50	<p>LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS, NA COR BRANCO, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES, FABRICADA EM LÁTEX 100% NATURAL, CONTÉM PÓ BIOABSORVÍVEL, HIPOALERGÊNICAS, AMBIDESTRA, NÃO ESTÉREIS, SUPERFÍCIE LISA, PUNHO COM ACABAMENTO ENROLADO.</p>	240	CAIX A	

51	<p>SAPATO MODELO SOFT MED WORKS ANTIDERRAPANTE, NA COR BRANCA. Calçado ocupacional de uso profissional tipo sapato (OB), fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA na cor branca, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução detergente e em piso de aço com solução de glicerol (SRC), resistente ao óleo combustível (FO) e à absorção de energia na região do salto (E). NUMERAÇÃO: 42</p>	20	pares	
52	<p>BOTA EVA MODELO LIGHT BOOT ANTIDERRAPANTE, CANO CURTO, NA COR BRANCA. Calçado ocupacional tipo bota, confeccionado em EVA, solado de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e em piso de aço com solução de glicerol, resistente à absorção de energia na área do salto, à isolamento elétrica, isolamento contra frio e a produtos químicos. Altura do Cano: 150 mm. Revestimento interno: Não possui (Cabedal EVA), permitindo melhor higienização e desinfecção. NUMERAÇÃO: 36</p>	20	Pares	

53	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA BOTINA PRETA Nº44 - CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, FECHAMENTO EM ELÁSTICO PRETO NAS LATERAIS, CONFECCIONADO EM COURO (RASPA) CURTIDO AO CROMO NA COR PRETA, PALMILHA DE MONTAGEM EM NÃO TECIDO, FORRO DA GÁSPEA EM NÃO TECIDO NA COR CINZA, SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE NA COR CINZA INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, BIQUEIRA PLÁSTICA PARA CONFORMAÇÃO, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PARA USO ELETRICISTA, COR PRETA.</p>	660	PAR	
54	<p>CONJUNTO DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS – Vestimenta modelo COSTAL, confeccionada em tecidos 100% algodão, tratados com 50gr/l de solução hidrorrepelente,</p>	20	UNID	



<p>vestimenta denominada corpo inteiro, composta por:</p> <ul style="list-style-type: none">• Jaleco: Gola careca, com zíper no patê, com ou sem velcro nos ombros para afixar o avental, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes e, alça de cadarço nos punhos para ajustes nos polegares.• Calça: Tipo pantalone, sem abertura, com elástica no cóx para ajustes, com perneiras impermeáveis de PVC frontais ou, frontais e traseiras, com ou sem tecidos por baixo.• Avental de segurança: Confeccionado com Bagum (filme de PVC e substrato de malha de poliéster), com alças para pendurar no pescoço ou, com velcro nas extremidades das tiras para afixar nos ombros.• Proteção de cabeça: Boné tipo touca árabe, com palas laterais fechadas, com elásticos na nuca para ajustes, com abas rígidas de polietileno, com 6 hastes projetadas para encaixe da viseira de proteção facial;• Viseira de proteção facial com encaixe: Lâmina de acetato transparente com espessura de 177 micras, com 6 orifícios na extremidade superior para encaixe nas			
--	--	--	--

	hastes da aba do boné tipo touca árabe. COR: BEGE, TAMANHO: G.			
55	LUVA DE PROCEDIMENTO LATEX TAMANHO M - LUVA FABRICADA EM LATEX, AMBIDESTRA, SUPERFICIE LISA, COM PÓ BIOABSORVIVEL, IDEAL PARA PROTEÇÃO DO USUÁRIO CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES / 50 PARES.	1000	CAIXA	

2. PRAZO:

75

2.1 Prazo de vigência: Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura. Eventuais contratos decorrentes seguirão o disposto no art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93.

2.2 Prazo de entrega: A entrega do material deverá ser feita em até 05 (cinco) dias úteis) contados a partir da ordem de compra.

3 CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.1 A empresa vencedora deverá cuidar para fornecer o equipamento licitado com os CAs dentro do prazo de validade para uso, respeitando sua periodicidade de troca.

3.2 Os EPIs utilizados e trocados deverão ser recolhidos pelo fornecedor sempre que vier fazer a reposição do estoque ou em periodicidade que não permita o acúmulo de material para descarte superior a um metro cúbico.



3.3 Caberá a contratada responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, a direta ou indiretamente, causar ou provocar a contratante e a terceiros.

3.4 O objeto deverá atender aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho exigido pelo órgão competente e estar em acordo com as normas da NR 6 de EPI vigente, e virem acompanhados do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no ato da entrega.

4 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E TROCA

4.1 A contratada estará sujeita à fiscalização do objeto no ato da entrega, reservando-se a contratante, através do responsável o direito de não aceitar ou receber o objeto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em conformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas

76

4.2 Para todos os produtos, considerar que a unidade e a qualidade são pré-requisitos para o recebimento. O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusiva das empresas vencedoras, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Contratante, ou em quantidade inferior ao estabelecido, à empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em um prazo máximo 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação emitida pelo Fiscal responsável pelo recebimento.

5 LOCAL DE ENTREGA:

5.1 A empresa contratada deverá entregar os produtos nos endereços indicados pela Secretaria requisitante na ordem de compra.



6 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação	Ficha	Descrição	Recurso
0214 04.122.0001.2073 3339030280 1001001	1016	Manutenção Geral da Secretaria de Gestão de Pessoas – Material de Consumo.	TESOURO (Próprio)

7 DO PAGAMENTO:

7.1 A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.

7.2 A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.4 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A contratada somente entregará os objetos mediante recebimento da ordem de fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.



8.2 As despesas relacionadas à entrega dos objetos, tais como: despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração dentro outros será por conta da contratada.

8.3 Caberá a contratada responsabiliza-se pelo fornecimento pelo objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

8.4 A Contratada promoverá o fornecimento, responsabilizando-se pelos objetos, que poderão ser rejeitados pela Contratante, caso os mesmos estejam em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.

78

8.5 A contratada deverá substituir no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os objetos entregues em desacordo e não aceito pela contratante, sem nenhum ônus ao Município de Pouso Alegre – MG, se constatadas irregularidades, defeitos de fabricação, danos em geral ou má qualidade dos mesmos.

8.6 Comunicar a Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para entrega dos objetos, com a devida comprovação.

8.7 Permitir a contratante fiscalizar o fornecimento dos objetos.

8.8 A presença da fiscalização da Contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da Contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.



8.9 A contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do objeto da contratação, sem prévia e expressa concordância do contratante.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Caberá a Contratante a conferência e recebimento do objeto.

9.2 Caberá a Contratante rejeitar os objetos, caso os mesmos apresentem deficiências e/ou irregularidades.

9.3 Comunicar a Contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos objetos.

9.4 Prestar a Contratada toda e qualquer informação solicitada, necessária à perfeita execução dos objetos. 79

9.5 Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as indicações de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e Edital.

9.6 Promover por meio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do fornecimento do objeto.

10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.1 Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta Licitação. Podendo ser exigido da empresa Contratada, em sede de diligência, que apresente cópia do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao trabalho.



10.2 Apresentação do Alvará Sanitário Estadual ou Municipal, conforme o que determina a legislação vigente.

11 MODALIDADE:

Pregão Presencial-Registro de preços

11.1. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/02, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesse desiderato, o Decreto Municipal estabelece no Art. 2º que:

“Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais”.

80

Trata-se de bens/serviços comuns, uma vez que as especificações foram objetivamente definidas por meio das especificações usuais de mercado. O sistema de registro de preços está explicitado nos §§ 1º e 6º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, e o § 3º do citado artigo dispõe que o referido sistema será regulamentado por decreto. Da análise dos decretos regulamentadores do registro de preços (a exemplo, o Decreto n. 7.892/2013, em âmbito federal, e o Decreto nº 46.311/2013, no âmbito do Estado de Minas Gerais), bem como das doutrinas mais abalizadas acerca do tema, depreende-se que o sistema de registro de preços é cabível nas seguintes hipóteses:

I — quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II — quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;



III — quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas de governo;

IV — quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade pregão sob o sistema de registro de preços.

12 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

12.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, visando buscar o menor valor e a maior competitividade, nos termos da Súmula 247 do TCU.

81

13 FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8666/93, a gestão/fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

13.2 Ficam designados como fiscais do contrato os servidores abaixo mencionados: Francisco Paulo da Silva, Gerente do SESMT, matrícula, matrícula 19830.

12.3 A fiscalização exercida pela contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual

14 JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade de abertura de processo licitatório de Aquisição de Material de Equipamento de Proteção Individual – E.P.I., a fim de atender às necessidades dos servidores públicos no âmbito da Administração Municipal de Pouso Alegre. tendo em



vista as necessidades dos profissionais que trabalham e manuseiam produtos químicos, instrumentos perfuro cortantes, etc., em vários ambientes como: cozinha, laboratório, limpeza em geral e lavanderia. Os EPI's são também utilizados por profissionais de saúde que trabalham na área de endemias, vigilância sanitária e epidemiológica. Dessa forma, a aquisição é de suma importância para garantir a saúde do trabalhador dentro das unidades, bem como nos seus trabalhos externos.

Pouso Alegre, 01 de outubro de 2019.

Ricardo Henrique Sobreiro
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas



ANEXO III

MODELO – DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Outubro de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

83

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(local e data)

.....

(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.....

DETENTORA:

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Sr., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portador da Cédula de Identidade RG nº M, nomeada pela Portaria no, de , publicada eme em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto n..... de....., publicada em; nos termos da Lei no 10.520/02, do Decreto no 7.892/13; do Decreto no 3.555/00; do Decreto no 5.450/05; do Decreto no 3.722/01; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei no 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 121/2019**; Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob o no **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXX**,, portador da Cédula de Identidade RG nº e devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, Respeitando os termos do Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

84

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR



1.1. O objeto desta Ata é a **AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE.**

1.2. O valor total da Ata é de **R\$ xxx (xxxxx)**, divididos conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

85

2.1. Constituem-se participantes os seguintes órgãos:

- a) **XXXX;**
- b) **XXXXXX**

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto no 7.892/13, e na Lei no 8.666/93.

2.3. Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação, desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.



2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **um ano**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei no 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos prestadores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:



4.4. Convocar o prestador visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.5. Frustrada a negociação, liberar o prestador do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.6. Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.8. Convocar o prestador visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei no 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

87

4.9. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de serviços, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

4.10. Convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.11. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da



escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.12. É vedado ao contratado interromper o serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do prestador prevista nesta Ata.

4.13. A cada pedido de revisão de preço deverá o prestador comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

88

4.15. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.16. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação.

4.17. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei no 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei no 10.520, de 2002.

5.1.4. Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.1.5. Por razões de interesse público;

5.1.6. A pedido do prestador.

5.2 Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do prestador aos órgãos participantes, se houver.

89

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS PRESTADORES

6.1. A contratação com o prestador registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante Instrumento Contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei no 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto no 7.892/2013.

6.2. O órgão convocará a prestadora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho/assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do prestador e aceita pela Administração.



6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o Município realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

6.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

90

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com o prestador terá vigência de **12 (doze)** meses.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços serão fixos e irrevogáveis, assegurado o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, nos casos e condições previstos no respectivo edital.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATANTE se obriga a:

9.1.1. Caberá a Contratante a conferência e recebimento do objeto.



9.1.2. Caberá a Contratante rejeitar os objetos, caso os mesmos apresentem deficiências e/ou irregularidades.

9.1.3. Comunicar a Contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos objetos.

9.1.4. Prestar a Contratada toda e qualquer informação solicitada, necessária à perfeita execução dos objetos.

9.1.5. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as indicações de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e Edital.

9.1.6. Promover por meio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do fornecimento do objeto.

91

9.2. A(s) **DETENTORA(s)** da ata de registro de preços se obriga(m) a:

9.2.1. A contratada somente entregará os objetos mediante recebimento da ordem de fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

9.2.2. As despesas relacionadas à entrega dos objetos, tais como: despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração dentro outros será por conta da contratada.

9.2.3. Caberá a contratada responsabiliza-se pelo fornecimento pelo objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

9.2.4. A Contratada promoverá o fornecimento, responsabilizando-se pelos objetos, que



poderão ser rejeitados pela Contratante, caso os mesmos estejam em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.

9.2.5. A contratada deverá substituir no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os objetos entregues em desacordo e não aceito pela contratante, sem nenhum ônus ao Município de Pouso Alegre – MG, se constatadas irregularidades, defeitos de fabricação, danos em geral ou má qualidade dos mesmos.

9.2.6. Comunicar a Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para entrega dos objetos, com a devida comprovação.

9.2.7. Permitir a contratante fiscalizar o fornecimento dos objetos.

9.2.8. A presença da fiscalização da Contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da Contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

92

9.2.9. A contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do objeto da contratação, sem prévia e expressa concordância do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os produtos/serviços serão recebidos conforme disposto no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.



11.2. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

11.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

93

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei no 8.666/93.

12.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos



funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, os servidores a seguir indicados:

a) Francisco Paulo da Silva, Gerente do SESMT, matrícula, matrícula 19830.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 na Lei Federal n.º 10.520/02 e demais normas pertinentes.

13.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

94

13.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

13.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:



I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III – Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

95

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s) vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

13.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.



13.6. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.7. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

96

14.2. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei no 10.520/02, do Decreto no 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto no 7.892/2013, do Decreto no 3.722/01, da Lei Complementar no 123/06, e da Lei no 8.666/93, subsidiariamente.

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Pouso Alegre – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.5. As despesas desta ata serão regidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	Ficha	Descrição	Recurso
0214 04.122.0001.2073 3339030280 1001001	1016	Manutenção Geral da Secretaria de Gestão de Pessoas – Material de Consumo.	TESOURO (Próprio)

Pouso Alegre, xx de xxxxx de 2019.



SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

CONTRATANTE

DETENTORA



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 253/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

CONTRATADA:

Aos.....dias do mês de do ano de 2019 (dois mil e dezenove), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, Sr..., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº, portadora da Cédula de Identidade RG nº, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão para Registro de Preços nº 121/2019**, que se regerá pela Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

98



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE EPI'S PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE TRABALHO EM 2019/2020 DA PREFEITURA DE POUSO ALEGRE**, atendidas as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital.

1.2. A **CONTRATADA** somente prestará os serviços por meio de ordem de serviço emitida pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias a seguir descritas:

Dotação	Ficha	Descrição	Recurso
0214 04.122.0001.2073 3339030280 1001001	1016	Manutenção Geral da Secretaria de Gestão de Pessoas – Material de Consumo.	TESOURO (Próprio)

99

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

3.1.1. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n. 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.



3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre – MG, situada na Rua dos Carijós, nº 45, Centro, na cidade de Pouso Alegre – MG, CEP 37550-050.

3.2. O prazo de vigência, objeto deste contrato, será de.....a contar da sua data de assinatura.

3.2.1. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste contrato é de R\$ dividido conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

100

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A Contratante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, o prazo poderá ser acrescido até a regularização das certidões.

5.2. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

5.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.4. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

6.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

6.3. Os preços propostos serão fixos e irrajustáveis pelo período de um ano.

101

6.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Município de Pouso Alegre/MG para a justa remuneração dos produtos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

6.4.1. A revisão de preços do contrato se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo Município de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

6.4.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga pelo Município não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.



6.4.3. Defasagens financeiras ao longo do contrato são admissíveis, fazendo parte da álea econômica ordinária, devendo ser suportadas pela contratada até a data-base do reajuste ou repactuação.

6.5. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

6.6. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

102

6.6.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

6.6.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **contratada**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

6.7. Fica facultado ao Município de Pouso Alegre realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa contratada**.

6.8. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica do Município de Pouso Alegre/MG, porém contemplará os serviços prestados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante, sendo lavrado termo aditivo.



6.8.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a entrega dos objetos nem a execução dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

6.8.2. O Município de Pouso Alegre/MG deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços prestados após o protocolo do pedido de revisão.

6.9. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura prestado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela **contratada**.

6.10. O diferencial de preço entre a proposta inicial da **contratada** e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Pouso Alegre/MG na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela **contratada**, serão sempre mantidos.

103

6.11. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo Departamento de Suprimentos no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a **contratada** obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

6.12. Durante a vigência da ata de registro de preços, o valor global será mantido pela **contratada**.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Caberá a Contratante a conferência e recebimento do objeto.

7.2. Caberá a Contratante rejeitar os objetos, caso os mesmos apresentem deficiências



e/ou irregularidades.

7.3. Comunicar a Contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos objetos.

7.4. Prestar a Contratada toda e qualquer informação solicitada, necessária à perfeita execução dos objetos.

7.5. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as indicações de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e Edital.

7.6. Promover por meio de servidor indicado, a fiscalização e o acompanhamento da execução do fornecimento do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

104

8.1. A contratada somente entregará os objetos mediante recebimento da ordem de fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

8.2. As despesas relacionadas à entrega dos objetos, tais como: despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração dentro outros será por conta da contratada.

8.3. Caberá a contratada responsabiliza-se pelo fornecimento pelo objeto, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

8.4. A Contratada promoverá o fornecimento, responsabilizando-se pelos objetos, que poderão ser rejeitados pela Contratante, caso os mesmos estejam em desacordo com o previsto neste Termo de Referência.



8.5. A contratada deverá substituir no prazo de 72 (setenta e duas) horas, os objetos entregues em desacordo e não aceito pela contratante, sem nenhum ônus ao Município de Pouso Alegre – MG, se constatadas irregularidades, defeitos de fabricação, danos em geral ou má qualidade dos mesmos.

8.6. Comunicar a Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para entrega dos objetos, com a devida comprovação.

8.7. Permitir a contratante fiscalizar o fornecimento dos objetos.

8.8. A presença da fiscalização da Contratante não elimina e nem diminui a responsabilidade da Contratada para com suas obrigações contratuais e exigências demandadas.

8.9. A contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do objeto da contratação, sem prévia e expressa concordância do contratante.

105

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93 na Lei Federal n.º 10.520/02 e demais normas pertinentes.

9.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade até que sejam cessados os efeitos ou suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos.

9.3. Será aplicada multa no valor de até 30% (trinta por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar e que venha a ser inabilitada por ter apresentado dolosamente documentos que seguramente não venham a atender às exigências editalícias, como às demais licitantes que deem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.



9.4. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da(s) proponente(s) vencedora(s), das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

I - Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para a qual tenha(m) a proponente(s) vencedora(s) concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Pouso Alegre;

II – Multa de até 1% (um por cento), por dia de atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da parcela contratada, até o limite de 10 dias, atrasos superiores a este, aplicar-se-á o disposto no inciso III;

III – Multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese do descumprimento total do contrato;

IV – Na hipótese de rescisão do contrato, além da possibilidade de aplicação da multa correspondente, poderá haver a suspensão ao direito de licitar com o Município de Pouso Alegre, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de até dois anos.

V – Declaração de inidoneidade, quando a proponente vencedora deixar de cumprir com as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

Parágrafo Primeiro - As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente;

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a(s) proponente(s)



vencedora(s) de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município;

9.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeito, a critério da Administração e garantida a prévia defesa, às penalidades estabelecidas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de até **30%** (trinta por cento) sobre o valor do ajuste.

9.5.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

107

9.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação das outras.

9.7. O descumprimento das normas técnicas e/ou legislações sanitárias por parte dos fornecedores / distribuidoras / fabricantes, implicará na suspensão do fornecimento dos produtos, não isentando das suas obrigações contratuais de fornecimento dos produtos licitados e o seu retorno só se dará após o laudo técnico emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, depois de corrigidas as irregularidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;



10.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, podendo esta, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n.8.666/93.

108

10.5. A contratada reconhece os direitos do Município nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

11.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de execução de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

12.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. O presente Termo de Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Termo de Contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIREITO DAS PARTES

15.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

109

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a gestão/fiscalização do Contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

16.2. O Município não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do **CONTRATO**.

16.3 Serão os fiscais do(s) contrato(s) firmado(s), de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/93, os servidores a seguir indicados:



a) Francisco Paulo da Silva, Gerente do SESMT, matrícula, matrícula 19830.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

17.1. O recebimento do(s) objeto(s) será feito pelo Município de Pouso Alegre/MG, nos termos dos artigos 73 a76 da Lei de Licitações, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

110

17.2. O Município de Pouso Alegre/MG reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste edital, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

17.3. Com o recebimento definitivo as responsabilidades reduzir-se-ão àquelas previstas no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pouso Alegre/MG, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato;

18.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores,



em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Pouso Alegre/MG, de de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO VI**INSTRUÇÕES PARA EMISSÃO DE PROPOSTA ELETRÔNICA**

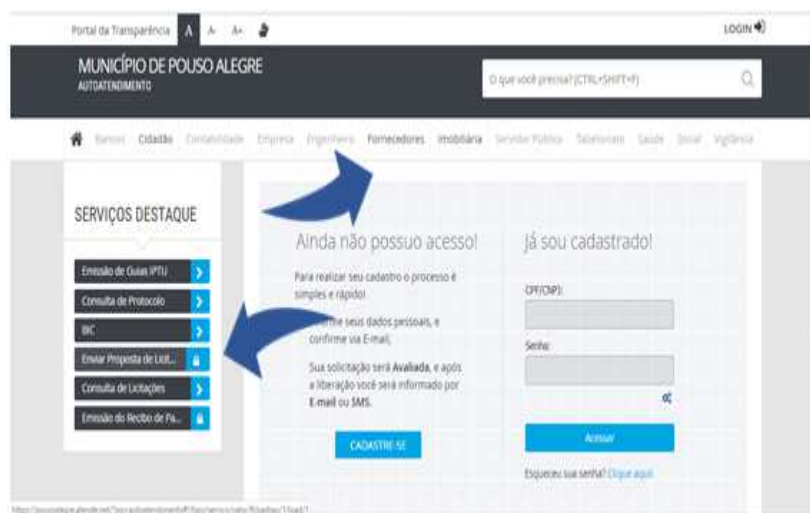
Para acessar o programa de digitação das propostas on-line, é necessário acessar o site: <http://pousoalegre.atende.net>. Este é o portal de serviços do Município de Pouso Alegre e para se ter acesso a digitação das propostas se faz necessário acesso através de usuário e senha. O licitante deve *logar-se* no sistema para poder registrar a sua proposta. Para o primeiro acesso o licitante deve clicar na opção “cadastre-se” no canto direito, conforme imagem abaixo e seguir as etapas para realizar o cadastro.



112

Importante: Ao Solicitar o seu cadastro, deve marcar a opção para a finalidade “Serviços do Portal do Cidadão”, assim que o acesso for criado você receberá a notificação por e-mail, contendo o login e a senha de acesso, acesso este que deverá ser liberado pela administração antes do primeiro login e caso a empresa deseje poderá ser solicitado após confirmação do e-mail através do telefone: (35) 3449-4023 ou então através do e-mail editaispmpa@gmail.com.

DIGITAÇÃO DAS PROPOSTAS Ao acessar o site <http://pousoalegre.atende.net> a licitante deve realizar o *login*, conforme informado acima, clicar no ícone “FORNECEDORES” e em seguida “ENVIAR PROPOSTA DE LICITAÇÃO” clicando em “Acessar”, conforme ilustrado abaixo:



Nesta

aparecerão todas as licitações que estão disponíveis para a digitação das propostas. A licitante deverá localizar e selecionar a licitação a qual irá participar e na ação “ADICIONA PROPOSTA” (representada por este ícone) registrar a sua proposta de preços incluindo obrigatoriamente o valor unitário e total e a MARCA e, quando houver, o MODELO.

opção

113

Após a digitação das informações o cadastro da proposta deve ser confirmado na ação CONFIRMAR, localizada no canto inferior esquerdo da tela. Esta confirmação irá gerar o documento da proposta, o qual deverá OBRIGATORIAMENTE ser impresso e entregue dentro do envelope de proposta. Este documento impresso se faz necessário, pois na impressão da proposta é gerado o NÚMERO DO PROTOCOLO e a SENHA DO PROTOCOLO, dados estes que serão utilizados na abertura da licitação para importação da proposta digitada pela licitante. Obs. É aconselhado o uso dos navegadores Mozilla Firefox ou Google Chrome deixando ativado o aparecimento de pop-ups.